

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGBE

Agente de Pesquisas e Mapeamento (APM)

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO.....	11
■ ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS TEXTOS	13
■ MARCAS DE TEXTUALIDADE: COESÃO E COERÊNCIA	14
■ INTERTEXTUALIDADE	18
■ MODOS DE ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA E CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DE CADA MODO	21
NARRAÇÃO	21
DESCRIÇÃO	22
EXPOSIÇÃO	23
INJUNÇÃO.....	24
ARGUMENTAÇÃO	24
■ TIPOS TEXTUAIS: CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DE CADA TIPO	25
INFORMATIVO	25
PUBLICITÁRIO E PROPAGANDÍSTICO	25
NORMATIVO.....	26
DIDÁTICO.....	26
DIVINATÓRIO	26
■ TEXTOS LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS.....	26
■ TIPOLOGIA DA FRASE PORTUGUESA.....	30
■ PROBLEMAS ESTRUTURAIS DAS FRASES E ESTRUTURA DA FRASE PORTUGUESA	30
OPERAÇÕES DE DESLOCAMENTO, SUBSTITUIÇÃO, MODIFICAÇÃO E CORREÇÃO	30
■ PONTUAÇÃO E SINAIS GRÁFICOS	32
■ ORGANIZAÇÃO SINTÁTICA DAS FRASES: TERMOS E ORAÇÕES.....	36
■ ORDEM DIRETA E INVERSA.....	46
■ TIPOS DE DISCURSO.....	47
■ REGISTROS DE LINGUAGEM.....	49

Norma Culta	49
■ FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	51
ELEMENTOS DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO.....	52
■ ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS	53
■ FORMAS DE ABREVIÇÃO.....	58
■ CLASSES DE PALAVRAS: OS ASPECTOS MORFOLÓGICOS, SINTÁTICOS, SEMÂNTICOS E TEXTUAIS.....	60
ARTIGOS.....	60
NUMERAIS.....	60
SUBSTANTIVOS.....	61
ADJETIVOS	62
ADVÉRBIOS	65
PRONOMES	67
VERBOS	70
CONJUNÇÕES	76
INTERJEIÇÕES	77
■ OS MODALIZADORES	77
■ SEMÂNTICA.....	78
SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO	78
ANTÔNIMOS	78
SINÔNIMOS.....	78
PARÔNIMOS.....	78
HIPERÔNIMOS	79
POLISSEMIA	79
AMBIGUIDADE	79
■ OS DICIONÁRIOS: TIPOS; A ORGANIZAÇÃO DE VERBETES.....	79
■ VOCABULÁRIO	80
NEOLOGISMOS	80
ARCAÍSMOS.....	80
ESTRANGEIRISMOS	80

LATINISMOS	80
■ ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO GRÁFICA	80
■ A CRASE	82
RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO	89
■ LÓGICA	89
PROPOSIÇÕES	89
PREDICADOS	91
Quantificadores	91
Conectivos	91
■ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS	97
■ CONJUNTOS E SUAS OPERAÇÕES, DIAGRAMAS	106
■ NÚMEROS INTEIROS, RACIONAIS E REAIS E SUAS OPERAÇÕES	114
■ PROPORCIONALIDADE DIRETA E INVERSA	121
JUROS	124
PORCENTAGEM	129
■ MEDIDAS DE COMPRIMENTO, ÁREA, VOLUME, MASSA E TEMPO	131
■ ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS	132
DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES	133
■ COMPREENSÃO E ANÁLISE DA LÓGICA DE UMA SITUAÇÃO, UTILIZANDO AS FUNÇÕES INTELLECTUAIS: FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS	133
RACIOCÍNIO VERBAL	134
RACIOCÍNIO MATEMÁTICO	134
RACIOCÍNIO SEQUENCIAL	134
ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL	134
■ COMPREENSÃO DE DADOS APRESENTADOS EM GRÁFICOS E TABELAS	134
■ PROBLEMAS DE CONTAGEM E NOÇÕES DE PROBABILIDADE	139
■ GEOMETRIA BÁSICA	149
ÂNGULOS	149

TRIÂNGULOS	151
POLÍGONOS	154
PERÍMETRO E ÁREA	156
■ PLANO CARTESIANO: SISTEMA DE COORDENADAS, DISTÂNCIA	160
■ PROBLEMAS DE LÓGICA E RACIOCÍNIO: RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	161
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	181
■ CÓDIGO DE ÉTICA DO IBGE.....	181
■ LEI Nº 8.112/1990 E SUAS ALTERAÇÕES.....	184
ART. 116, INCISOS I A IV	185
INCISO V, ALÍNEAS A E C	186
INCISOS VI A XII E PARÁGRAFO ÚNICO.....	186
ART. 117, INCISOS I A VI E IX A XIX.....	187
ART. 118 A ART. 126	187
ART. 127, INCISOS I A III	189
ART. 132, INCISOS I A VII E IX A XIII.....	189
ART. 136 A ART. 141	189
ART. 142, INCISOS I, PRIMEIRA PARTE, II E III, E §1º A §4º	191
NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	195
■ NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA.....	195
■ SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS (DESKTOP, MENU INICIAR, PASTAS E ARQUIVOS).....	209
NAVEGAÇÃO ENTRE PASTAS E USO DO EXPLORADOR DE ARQUIVOS	209
GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS E PASTAS: TIPOS DE ARQUIVOS MAIS COMUNS	215
Conceitos de Criar, Renomear, Copiar, Mover, Recortar, Colar, Excluir e Desfazer)	215
■ APLICAÇÕES DO MICROSOFT OFFICE	228
MICROSOFT WORD (CRIAR E EDITAR DOCUMENTOS; FORMATAÇÃO BÁSICA: FONTE, PARÁGRAFO, ALINHAMENTO; INSERIR IMAGENS, TABELAS E CABEÇALHOS)	229
MICROSOFT EXCEL (INSERÇÃO DE DADOS EM CÉLULAS; OPERAÇÕES BÁSICAS: SOMA, MÉDIA, PORCENTAGEM; USO DE FÓRMULAS SIMPLES DE SOMA E MÉDIA).....	241
MICROSOFT POWERPOINT (CRIAÇÃO DE SLIDES; INSERÇÃO DE TEXTO E IMAGENS).....	251

■	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA, FERRAMENTAS E RECURSOS	258
	CONCEITOS FUNDAMENTAIS E PRINCÍPIOS BÁSICOS DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	258
	Ameaças Comuns	266
■	FUNDAMENTOS BÁSICOS DE GEOINFORMAÇÃO.....	276
	O QUE É UM SIG – SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA.....	278
	COMPONENTES PRINCIPAIS DE UM SIG.....	278
■	TIPOS DE DADOS GEOESPACIAIS	279
	RASTER (IMAGEM) E VETOR (MAPAS COM LINHAS, PONTOS, ÁREAS)	279
	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	280
	LOCALIZAÇÃO NO ESPAÇO: GPS	280

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

CÓDIGO DE ÉTICA DO IBGE

INTRODUÇÃO

Na Administração Pública brasileira, a ética tem assumido um papel de destaque. O IBGE, como não poderia deixar de ser, vem incentivando e instigando a difusão daquilo que se entende por ética no âmbito administrativo federal. Para tanto, a Presidência da Casa, entre outras medidas, delegou, à Comissão de Ética do IBGE, a elaboração de dois documentos essenciais: o Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE e o Regimento Interno da Comissão de Ética do IBGE (disponível somente em formato digital, no seguinte endereço eletrônico: <http://w3.presidencia.ibge.gov.br/etica>).

O Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE propende a estabelecer, essencialmente, os princípios de natureza deontológica, os deveres e as vedações a que estão sujeitos os agentes públicos lotados no Instituto. Documento de imprescindível leitura, o Código foi construído, naturalmente, a partir do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), agregando a ele, contudo, algumas particularidades do trabalho realizado no IBGE.

O Regimento Interno da Comissão de Ética do IBGE, por sua vez, delimita e define as competências e atribuições da Comissão de Ética do IBGE, cuja função primeira — destaca-se — é a de orientar e educar rotineiramente o agente público para a ética. O Regimento também estabelece, não obstante, o rito processual pelo qual se orienta a Comissão quando provocada por denúncia ou, ainda, *ex officio*, nos Processos de Apuração Ética, e segue de maneira estrita a Resolução nº 10, de 2008 da Comissão de Ética Pública, vinculada à Presidência da República.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

O IBGE é o órgão coordenador e produtor de informações estatísticas e geográficas do país. Para que suas atividades possam cobrir todo o território nacional, a instituição conta com uma rede nacional de pesquisa e disseminação, **composta por:**

- 27 Unidades Estaduais (26 nas capitais dos estados e 1 no Distrito Federal);
- 570 Agências de Coleta de Dados nos principais municípios.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um instituto público da administração federal brasileira, criado em 1934 e instalado em 1936 com o nome de Instituto Nacional de Estatística. Seu

fundador e grande incentivador foi o estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas. O nome atual data de 1938. A sede do IBGE está localizada na cidade do Rio de Janeiro.

O IBGE possui atribuições ligadas às geociências e estatísticas sociais, demográficas e econômicas, o que inclui realizar censos e organizar as informações obtidas nesses censos, para suprir órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal e para outras instituições e o público em geral. Também realiza vários tipos de censos, embora o mais conhecido seja o censo demográfico, o qual é o conjunto de dados estatísticos sobre a população de um país. No Brasil, os censos demográficos são realizados a cada dez anos **em média**.

O censo demográfico é uma pesquisa sobre a população que possibilita a recolha de várias informações, tais como: o número de habitantes; o número de homens, mulheres, crianças e idosos; onde e como vivem essas pessoas; se vivem de aluguel ou possuem casa própria; e informações sobre o trabalho que realizam — qual o tipo de mão de obra, qual o valor do salário, se a possuem formação na área em que atuam, etc.), entre outras coisas.

A **missão do IBGE** é mostrar o Brasil, fornecendo as informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania. Segundo conceito amplo, a **cidadania** é o agrupamento de direitos e deveres exercidos por aqueles que vivem em sociedade. É a expressão ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição em poder nele intervir e transformá-lo.

Neste sentido, **o IBGE oferece um panorama objetivo e atual do país**, com a produção e a disseminação de informações de natureza estatística, geográfica e ambiental. **Essa missão se concretiza quando o IBGE:**

- Identifica, mapeia e analisa o território;
- Realiza a contagem da população;
- Informa como a população vive;
- Apresenta a evolução da economia a partir de estatísticas do trabalho e da produção.

Tais informações, relevantes e confiáveis, são essenciais para a consolidação de uma sociedade democrática e para o planejamento de políticas públicas. **Políticas públicas** são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado com o objetivo de garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. São medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem-estar da população. **O planejamento, a criação e a execução dessas políticas** são realizados por meio de um trabalho em conjunto dos três Poderes que formam o Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO IBGE

Deontologia, teoria a qual faz parte da filosofia moral contemporânea, significa ciência do dever e da obrigação. Ela é um tratado dos deveres e da moral o qual estabelece normas sobre as escolhas dos indivíduos, ditando o que é moralmente necessário, a fim de nortear o que realmente deve ser feito. Para os profissionais, deontologia são normas estabelecidas não pela moral, mas, sim, para a correção de suas intenções, ações, direitos, deveres e princípios.

No Capítulo I, seção I, do Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE, encontramos que:

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia, a eficiência e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público do IBGE, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição do serviço público, como um todo, e, em especial, das pesquisas estatísticas e geocientíficas oficiais, cujas fontes de dados escolhidas devem contemplar a qualidade, a oportunidade, os custos e o ônus para os cidadãos.

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal. Por se integrar à condição de servidor do IBGE, o elemento ético da conduta abrange, além dos primados maiores, a adoção dos melhores princípios, métodos e práticas, de acordo com considerações estritamente profissionais, incluídos os princípios técnicos, científicos e a ética profissional.

Importante!

Não é suficiente que o servidor se pautar somente pela observância das leis e regras, devendo jamais desprezar o elemento ético de sua conduta.

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo. Para melhor exercício de sua função pública no IBGE, o servidor deve ter consciência da relevância das informações estatísticas e geocientíficas, a fim de atender ao direito à informação pública de modo imparcial e com igualdade de acesso. É imprescindível que o servidor do IBGE zeze pela qualidade dos processos de produção das informações oficiais, adotando critérios de boas práticas tanto nas atividades finalísticas quanto nas atividades de apoio.

IV - A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.

V - O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.

VI - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos

e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado **sigiloso**, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar. Entretanto, os dados individuais de pessoas físicas ou jurídicas coletados pelo IBGE são estritamente confidenciais e exclusivamente utilizados para fins estatísticos. Ademais, leis, regulamentos e medidas que regem a operação dos sistemas estatístico e cartográfico no Instituto devem ser de conhecimento público.

VIII - Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação.

IX - A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

X - Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

XI - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

XIII - O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação. O caráter colaborativo e participativo deve estar presente nas atividades estatísticas e cartográficas, privilegiando-se, assim, um contato estreito e harmonioso entre ambas as atividades – contato essencial para melhorar a qualidade, comparabilidade e coerência dos dados produzidos. Esse espírito colaborativo e participativo deve estender-se à coordenação dos sistemas estatísticos e cartográficos nacionais de responsabilidade do IBGE. Portanto, compete ao

Instituto propor, discutir e estabelecer, em conjunto com as demais instituições nacionais, diretrizes, planos e programas para a produção estatística e cartográfica – processo que deve irradiar-se à esfera internacional, especialmente na cooperação bilateral e multilateral, a fim de melhorar as informações estatísticas e geocientíficas oficiais em todos os países, por meio da utilização de conceitos, classificações e métodos que promovam a coerência e a eficiência entre os diversos sistemas estatísticos e cartográficos.

Principais Deveres do Servidor do IBGE

A seção II do Código de Ética Profissional do Servidor Público do IBGE dispõe os principais deveres desses servidores.

Os “deveres funcionais” são as obrigações e responsabilidades a que o trabalhador se encontra vinculado e que são estabelecidas através dos seguintes meios:

- Normas legais e regulamentares: regras definidas por lei e dirigidas aos agentes dos vários ramos profissionais, que devem ser cumpridas no exercício das suas atividades; obrigações gerais consagradas na legislação vigente, que devem ser cumpridas por parte do agente público.
- Normas voluntárias: As normas livremente acordadas entre as partes interessadas (por exemplo, entre o empregador e o empregado, entre o mandante e o mandatário, etc.).

Veremos, a seguir, os deveres fundamentais ao servidor do IBGE:

- a) **desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular;**
- b) **exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento,** pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário;
- c) **ser probo, reto, leal e justo,** demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;
- d) **jámais retardar qualquer prestação de contas,** condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;
- e) **tratar cuidadosamente os usuários dos serviços** aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público;
- f) **ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos** que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos;
- g) **ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção,** respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;
- h) **ter respeito à hierarquia,** porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal;

i) **resistir** a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou **vantagens indevidas** em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las;

j) **zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva;**

l) **ser assíduo e frequente ao serviço,** na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema;

m) **comunicar imediatamente a seus superiores** todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis;

n) **manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho,** seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

o) **participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções,** tendo por escopo a realização do bem comum;

p) **apresentar-se ao trabalho** com vestimentas adequadas ao exercício da função;

q) **manter-se atualizado** com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;

r) **cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função,** tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem;

s) **facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito;**

t) **exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais** que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

u) **abster-se, de forma absoluta,** de exercer sua função, poder ou autoridade com **finalidade estranha ao interesse público,** mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

v) **apresentar, nas análises estatísticas e geográficas,** informações que estejam de acordo com as normas científicas sobre fontes, métodos e procedimentos, bem como comentar as interpretações errôneas e o uso indevido de informações estatísticas e geocientíficas;

x) **zelar pela qualidade dos processos de produção das informações estatísticas e geocientíficas oficiais,** adotando critérios de boas práticas tanto nas atividades finalísticas quanto nas atividades de apoio;

z) **divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética,** estimulando o seu integral cumprimento.

Vedações ao Servidor Público do IBGE

Na seção III, o Código em estudo traz as vedações importadas ao servidor público do IBGE. **Vedar** é o ato de proibir determinada ação ou comportamento. Vejamos, a seguir, as condutas que são vedadas a esses servidores:

- a) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;

- b) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam;
- c) ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão;
- d) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;
- e) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;
- f) **permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores;**
- g) **pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;**
- h) **alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;**
- i) iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos;
- j) desviar servidor público para atendimento a interesse particular;
- l) **retirar da Instituição, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;**
- m) **fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;**
- n) **apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente;**
- o) dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana;
- p) **exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.**
- q) disponibilizar informações de caráter sigiloso e confidencial sobre pessoas físicas ou jurídicas, bem como antecipar resultados de pesquisas à sua divulgação oficial, exceto quando autorizado.

Comissão de Ética do IBGE

Ética é o nome dado ao ramo da filosofia consagrado aos assuntos morais. A palavra ética é derivada do grego e significa modo de ser.

Na prática, pode-se depreender um pouco melhor esse conceito, examinando certas condutas do nosso dia a dia. Um exemplo é quando nos referimos ao comportamento de alguns profissionais. Para esses casos, é bastante comum ouvir expressões, como “ética médica”, “ética jornalística”, “ética empresarial” e “ética pública”.

A ética abrange uma ampla área, sendo capaz de ser aplicada ao âmbito profissional. Existem vários códigos de ética profissionais, os quais indicam como um indivíduo deve se comportar no âmbito da sua profissão.

A ética e a cidadania são dois dos conceitos que compõem a base de uma sociedade próspera. Vale frisar que, apesar das leis serem criadas com base em princípios éticos, não se pode confundi-las com a ética, enquanto filosofia. Diferentemente de como ocorre

com as leis, nenhum indivíduo pode ser punido, pelo Estado ou por outros indivíduos, pelo descumprimento de normas éticas, nem sofrer qualquer sanção pela desobediência a estas.

Ética e moral são temas conexos, mas são diferentes. Isso, porque a moral se fundamenta na obediência a normas, costumes ou mandamentos culturais, hierárquicos ou religiosos e a ética busca fundamentar o modo de viver pelo pensamento humano. A ética não se resume à moral, que, geralmente, é entendida como costume ou hábito, mas busca a fundamentação teórica nesta para encontrar o melhor modo de viver.

Por sua vez, Comissão é um grupo de pessoas designadas em caráter temporário, lideradas e supervisionadas pelo investigador-encarregado e com qualificações técnico-profissionais específicas à função. Cumprem tarefas técnicas de interesse exclusivo da investigação, para fins de prevenção, e adequadas às características do fato ocorrido.

Vejamos, a seguir, as características da Comissão de Ética do IBGE dispostas no Código em estudo:

XVI - A Comissão de Ética do IBGE está encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional dos servidores da Casa, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

XVII - À Comissão de Ética do IBGE incumbe fornecer, quando necessário e a quem de direito, os registros sobre a conduta ética dos servidores da Casa, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira de servidor público no âmbito do IBGE.

XVIII - A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética do IBGE é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

XIX - Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.

LEI Nº 8.112/1990 E SUAS ALTERAÇÕES

Dentre os vários conceitos de agente público, um dos mais completos e esclarecedores é o constante da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 1992). Vejamos.

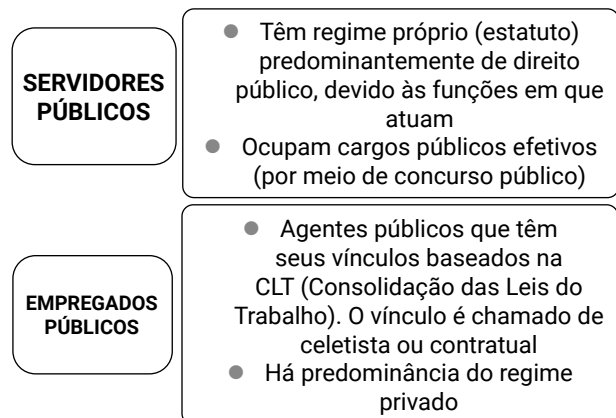
Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Veja que, não por acaso, o conceito é o mais abrangente possível, visto que se trata de uma lei que tem o intuito de alcançar atos impróprios praticados por pessoas que estejam agindo em nome da Administração Pública.

Espécies

Conhecido o conceito de agente público da forma mais ampla possível, passemos, agora, a dois tipos que são, certamente, os mais frequentes:



Os conceitos anteriores são estritos. Em sentido amplo, o termo “servidores públicos” engloba os dois grupos colocados anteriormente e os servidores temporários. Vamos, agora, conhecer outras espécies citadas pela doutrina, mas menos frequentes que as duas anteriores.

- **Agentes administrativos:** são aqueles remunerados para exercer cargos, empregos e funções públicas. São basicamente os dois tipos que vimos anteriormente em apenas um grupo;
- **Agentes políticos:** fazem parte da cúpula da Administração Pública. Eles definem as políticas públicas e atuam diretamente na direção da implementação. Suas competências constam diretamente na Constituição Federal, de 1988, e possuem prerrogativas específicas. Como exemplo, temos deputado federal, ministro de Estado etc.;
- **Agentes honoríficos:** não têm vínculo e normalmente atuam sem remuneração. Prestam serviços específicos e temporários, como os mesários em eleições;
- **Agentes delegados:** são particulares que exercem atividades de interesse público em seu próprio nome, estando sujeitos à fiscalização do Estado. Os tabeliães são exemplos;
- **Agentes credenciados:** têm por missão representar a Administração Pública em um evento ou atividade específica. Um exemplo é um atleta em atividade ou aposentado que representa o país em evento da FIFA (Federação Internacional de Futebol) ou outra organização de esporte.

CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA

Vamos conhecer mais três conceitos importantes no âmbito do estudo dos agentes públicos. Inicialmente, vejamos o conceito de **cargo público**, previsto no art. 3º, da Lei nº 8.122, de 1990.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Seus ocupantes são chamados **servidores públicos** e seu provimento poderá se dar em caráter **efetivo** (em regra, por meio de concurso público) ou **comissionado** (ocupados provisoriamente por agentes nomeados e exonerados livremente pela autoridade competente).

Os **empregos públicos** são ocupados por empregados públicos, cujo vínculo tem por base a CLT, possuindo, portanto, natureza contratual e trabalhista.

Em regra, serão providos por meio de concurso público. Não adquirem estabilidade, mas sua demissão deve se dar mediante processo administrativo com ampla defesa e contraditório.

Por fim, temos a **função pública**. Inicialmente, precisamos entender que todo cargo ou emprego está associado a uma função. No entanto, nem toda função está associada a um cargo ou emprego.

O que estamos abordando aqui é, logicamente, a existência da função de maneira isolada. As funções poderão ser classificadas em **temporárias** ou **permanentes**.

As funções **temporárias** têm respaldo constitucional, existindo por tempo determinado e com base em excepcional interesse público.

Art. 37 (CF, de 1988) [...]

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

A Lei nº 8.745, de 1993, trata do assunto, sendo a assistência a situações de calamidade pública uma dessas hipóteses.

Temos também as **funções permanentes**, que serão exercidas juntamente com cargos públicos. Aqui, é preciso **atenção**. Não estamos falando em função associada ao cargo público, e sim da **possibilidade** de exercício **simultâneo**.

Pensemos em um exemplo: você passa em um concurso e ocupa um cargo em determinado setor. Depois de um tempo, assume a **função** de chefia. Essa função existe permanentemente e não está associada ao cargo que você ocupa, mas pode ser exercida juntamente com ele.

ART. 116, INCISOS I A IV

O art. 116 dessa lei elenca os deveres do servidor público, os quais são fundamentais para o bom funcionamento da Administração Pública e para o cumprimento do interesse coletivo. Nesse sentido, vejamos os **deveres**:

Art. 116 São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;